

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____ DE 2019

(Do Sr. Ivan Valente)

Solicita ao Ministro de Estado de Minas e Energia, Sr. Bento Costa Lima, acerca da retomada do projeto nuclear brasileiro e as possíveis localidades de instalação de novas usinas no país

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, as seguintes informações acerca da retomada do projeto nuclear brasileiro e as possíveis localidades de instalação de novas usinas no país, a serem solicitadas ao Ministro de Estado de Minas e Energia Sr. Bento Costa Lima.

Objetivamente, solicitamos as seguintes informações (que devem ser prestadas de maneira clara e objetiva, sob pena de cometimento de crime de responsabilidade, nos termos do art. 50 da CF):

1. Solicita-se cópia do estudo da Eletronuclear e da Universidade Federal do Rio de Janeiro – COPPE que identificaram um total de 40 áreas propícias ao desenvolvimento de centrais nucleares;
2. Solicitam-se cópias dos estudos da Eletronuclear sobre as regiões do alto do São Francisco (MG) e da montante da barragem de Itaparica (PE);
3. Quando e por determinação de quem foram realizadas visitas *in loco* para a escolha de sítios adequados em Minas Gerais e Pernambuco? Solicitam-se cópias dos relatórios das visitas às potenciais localidades em Itacuruba (PE) e Ponto Chique (MG);
4. Os estudos realizados pelas fornecedoras Westinghouse e AREVA sobre o aproveitamento dos potenciais novos sítios foram solicitados por este Ministério? Em caso afirmativo, por que essas empresas foram as escolhidas? Estes estudos foram comissionados?
5. Solicitam-se cópias dos estudos realizados pelas fornecedoras Westinghouse e AREVA sobre o aproveitamento dos potenciais novos sítios.

6. Solicita-se uma lista exaustiva de todas as empresas, nacionais e estrangeiras, que estão de algum modo envolvidas nos estudos e tratativas para a determinação de novas localizações para usinas nucleares no país, com a discriminação de que modo cada uma dessas empresas está atuando no processo.
7. Solicita-se o registro completo de entrada e saída de representantes de empresas, associações e instituições da área de energia e tecnologia nuclear a este Ministério no ano de 2019, com a discriminação da data, horário, motivo da visita, nome e cargo dos visitantes e daqueles que os receberam. Solicitam-se cópias das atas, e-mails e documentos referentes a estas visitas.
8. O Ministro Bento Costa Lima já se reuniu com algum representante de empresas, associações e instituições da área de energia e tecnologia nuclear? Em caso afirmativo, com quem, em que data, horário e por iniciativa de qual das partes? Solicitam-se cópias das atas, e-mails e documentos referentes a estes encontros.
9. Em que datas e por determinação de quem a Eletronuclear realizou sobrevôo das áreas potenciais do estado de Alagoas? Solicita-se cópia do relatório deste sobrevôo.
10. Em que datas e por determinação de quem a Eletronuclear realizou visitas a sítios no estado de Sergipe? Solicitam-se cópias dos relatórios destas visitas.
11. Qual a metodologia adotada pela Eletronuclear para revisar o primeiro estudo realizado pela UFRJ – COPPE? Solicita-se cópia do estudo preliminar que revisou os critérios de “evitação” e identificou uma área potencial no Estado do Espírito Santo, próximo ao município de Piúma.
12. Este Ministério possui estudos atualizados sobre as três opções de sítios pré-selecionados nos estados de Minas Gerais, Pernambuco e Alagoas? Em caso afirmativo, solicita-se o envio de cópias destes estudos.
13. Este Ministério possui estimativas dos investimentos, públicos e privados, necessários às três opções de sítios pré-selecionados nos estados de Minas Gerais, Pernambuco e Alagoas? Em caso afirmativo, solicita-se o envio das estimativas, com valores e fontes discriminados.
14. Este Ministério tem ciência da oposição da comunidade quilombola de Poços dos Cavalos e dos povos indígenas pankará e tuxuá à instalação de uma usina nuclear na localidade de Itacuruba? Os impactos da possível instalação sobre estas populações já foram aferidos por este

Ministério? Em caso afirmativo, solicita-se o envio de cópias destes estudos e/ou relatórios.

15. Este Ministério irá respeitar a determinação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em relação à necessidade de consulta livre, prévia, informada e de boa fé às comunidades e povos tradicionais afetados por medidas legislativas ou administrativas? Em caso afirmativo, existe alguma previsão para esta consulta ser realizada?
16. Existe um cronograma para a retomada do projeto nuclear brasileiro? Quando e através de que procedimento a decisão sobre a efetiva localização da próxima usina nuclear brasileira será tomada?
17. Este Ministério defende mudanças às constituições estaduais, como a proposta pelo deputado pernambucano Alberto Feitosa (Solidariedade), para que usinas nucleares possam ser implementadas sem que a capacidade de produzir energia hidrelétrica e oriunda de outras fontes de energia seja esgotada?

JUSTIFICAÇÃO

A Folha de São Paulo reportou¹, no último sábado, que o governo federal pretende reativar o plano para construção de uma usina nuclear em Itacuruba, sertão pernambucano. A iniciativa, no entanto, contraria a Constituição de Pernambuco, que veda a instalação de usinas nucleares no estado até que a capacidade de produzir energia hidrelétrica e oriunda de outras fontes de energia seja esgotada. Além disso, a área almejada está localizada no território da comunidade quilombola de Poços dos Cavalos e dos povos indígenas pankará e tuxá, que já se organizam para lutar contra o projeto.

Em resposta à solicitação de informação da Ordem dos Advogados de Pernambuco (OAB-PE), o Ministério de Minas e Energia afirmou, em 19 de setembro, que não havia “nenhuma decisão tomada até o momento”, e fez menção a uma série de estudos e visitas para a determinação de novas

¹https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/11/contra-usina-nuclear-indios-buscam-ate-o-papa.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa

localidades para usinas nucleares no país². Segundo o Ministério, a Eletronuclear pré-selecionou três opções de sítios nos Estados de Minas Gerais, Pernambuco e Alagoas.

O Ministério de Minas e Energia e a Eletronuclear parecem avançar à revelia da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que determina comunidades e povos tradicionais devem ser consultados de modo livre, prévio, informado e de boa-fé sobre qualquer medida administrativa que os afete. De modo igualmente preocupante, o governo brasileiro abandona o potencial energético de fontes limpas, seguras, e disponíveis em abundância em nosso país em prol de uma modalidade perigosa, poluente e extremamente cara. Urge, portanto, que o Poder Legislativo tenha acesso às informações aqui solicitadas.

Sala das Sessões, 04 de dezembro de 2019

Ivan Valente
Líder do PSOL

² Processo n. 48300,002768/2019-88